

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Folha de S. Paulo Class.: Política Ind. Oficial
 Data 04/08/93 Pg.: 1-8 1505

FUNAI

Diretor é acusado de ter ajudado o SNI

Dossiê entregue ao ministro da Justiça aponta o atual presidente do órgão como denunciante de funcionários

LUIZ ANTÔNIO NOVAES
Do Painel, em Brasília

GUSTAVO KRIEGER
Da Sucursal de Brasília

Um dossiê com mais de dez anos pode derrubar a atual diretoria da Funai. O ministro da Justiça, Maurício Corrêa, recebeu cópias de documentos de 1983 que apontam o atual presidente do órgão, Cláudio Romero, como possível colaborador dos órgãos de informação do governo Figueiredo (1979-1985). Os documentos mostram também que o atual diretor de Assistência da Funai, Lúcio Flávio Coelho, avalizou a retirada de madeira de área indígena.

Em janeiro de 83, Cláudio Romero denunciou à Assessoria de Segurança e Informação (ASI) da Funai um grupo de funcionários do órgão que estaria conspirando contra o coronel Paulo Leal, então presidente da fundação.

A ASI era o braço do Serviço Nacional de Informações (SNI) na Funai e Romero na época era assessor da diretoria de Operações, lotado no Parque do Xingú. O coronel Paulo Leal, antes de ser transferido para a Funai, integrava a secretaria do Conselho de Segurança Nacional.

Corrêa cobrou explicações imediatas de Romero e analisa a possibilidade de afastar o presidente da Funai para realizar um inquérito administrativo. Ele teme que a permanência de Romero comprometa seu principal trunfo na luta para permanecer no Ministério da Justiça: a defesa dos direitos humanos e do projeto de lei que indenizaria as famílias dos desaparecidos políticos.

A Folha obteve cópia do relatório de Romero. Ele foi redigido em papel oficial da Funai no dia 25 de janeiro de 1983 e recebeu o carimbo de "confidencial".

Em uma folha datilografada, Romero informa ao chefe da ASI que os funcionários Maria Antônia Barbosa de Oliveira, Osvaldo Cid Antunes, Odenir Pinto de Oliveira e José Porfirio Fontenelle estariam se reunindo com políticos do Rio de Janeiro, incluindo o então vice-governador Darcy Ribeiro (PDT).

O objetivo destas reuniões, segundo a denúncia de Romero, seria "descreditar a Funai e o Exmo. sr. presidente da mesma junto à opinião pública nacional e as lideranças indígenas no geral".

Ribeiro disse que, não só ele, mas todos "naquela época eram vigiados pelo serviço de informação". O senador ironiza: "De fato, eu estava e continuo conspirando a favor dos índios". Para ele, a única novidade agora é "saber que o atual presidente da Funai era o informante".

Outro documento envolve o atual diretor de Assistência da Funai, Lúcio Flávio Coelho. Ele assinou em nome da Funai um documento em que os índios caiapós contratavam a "Indústria e Comércio de Lâminas Nossa Senhora Aparecida" para construir uma estrada de 30 quilômetros em sua sua reserva. Em troca da obra, os índios cederam à empresa o direito de derrubar 4,5 mil árvores de mogno. O comércio de madeira em áreas indígenas é proibido e a Funai deu aval a uma operação irregular.



O ministro Maurício Corrêa, que recebeu o dossiê

Romero confirma denúncia

Da Sucursal de Brasília

O presidente da Funai, Cláudio Romero, admitiu que em 1983 escreveu um relatório denunciando servidores do órgão mas negou ter sido "araponga" do regime militar. Romero diz que os servidores denunciados planejavam invadir a sede da Funai, articulados pelo então deputado Mário Juruna (PDT-RJ) e pelo vice-governador do Rio na época, Darcy Ribeiro.

Ele diz que era administrador do parque do Xingú e que estava interessado em obter da direção da Funai a demarcação das terras indígenas na região. Por isto, foi contra o movimento. "Este é um documento público", diz Romero.

O diretor de Assistência da Funai, Lúcio Flávio Coelho, disse que só representou a Funai na assinatura do contrato entre os caiapós e a empreiteira "atendendo ordens superiores".

Folha Imagem